



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS,  
INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS  
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
Superintendência de Recursos Hídricos

**PORTARIA Nº 930/2015 - SRH**

O SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual 12.603 de 07 de abril de 1.995 e do que consta o Processo nº 16141/2014 - 35988, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Outorgar, a **Sergio Edilberto Zimmermann**, CPF/CNPJ N°: 461.652.820-91, **Leomar Antônio Fontana**, CPF/CNPJ N°: 394.099.530-49, **Joel Andre Pes**, CPF/CNPJ N°: 274.348.000-97, até 12 de agosto de 2021, o uso das águas estaduais localizado na(s) propriedade(s) **FAZENDA SANTA MARIA OU CANA BRAVA** no(s) município(s) de **Flores de Goiás**, Estado de Goiás, conforme abaixo relacionado:

Manancial	Rio Santa Maria
Coordenadas Geográficas (Datum SAD-69)	LT: -15°00'33,3"/LG: -46°44'11,9"
Vazão Máxima Captada	160,50 l/s
Período de uso	1478 horas/ano (outubro a junho)
Tipo de uso (Atividade)	Irrigação
Finalidade	Atender a um sistema de irrigação tipo pivô central de 160,5 ha
Nr. processo de outorga do barramento	16157/2014

**Parágrafo Único** - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão são de responsabilidade do usuário requerente/responsável(eis) técnico(s) e deverão ser executadas, com prazo final até 12 de agosto de 2017, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

**Art. 3º** - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas em Lei.

**Art. 4º** - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

I. Quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;

II. Na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente;

III. Da constatação de discrepâncias entre os projetos apresentados e os usos efetivamente implementados;

IV. Do descumprimento das especificações desta Portaria.

**Art. 5º** - Esta Portaria de outorga, mantidas todas as condições expressas no respectivo ato, poderá ter sua renovação requerida com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de seu vencimento, sujeita a nova análise de viabilidade hídrica.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário e resguardadas as modificações de legislações posteriores.

**CUMPRAR-SE.**



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS,**  
**INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS**  
**SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**  
Superintendência de Recursos Hídricos

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS, em Goiânia, aos 12 dias do mês de agosto de 2015.

Documento assinado digitalmente.

**JACQUELINE VIEIRA DA SILVA**  
Superintendente Executivo

Documentos assinados digitalmente em conformidade com a Lei nº 11.743/2008 e a Resolução nº 10.031/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Este documento poderá ser verificado através do site: <http://www.intra.semam.gov.br/tramite/validar.jsf> e o código de autenticação informado no campo da assinatura



Goiânia, 25 de Agosto de 2015 às 08:37  
[Assinado eletronicamente]  
JACQUELINE VIEIRA DA SILVA  
Código de Autenticação:  
1440502668936CXJD1H

Documento assinado digitalmente conforme portaria nº 73/2014 SEMARH/GO, MP 2200/01 e Lei 17.039-2010/GO. Este documento poderá ter sua validade verificada através do site: <http://www.intra.semam.gov.br/tramite/validar.jsf> e o código de autenticação informado no campo da assinatura